EDUCAÇÃO INFANTIL: APRENDIZAGEM PARA AS PRÁTICAS SOCIAIS

ELIANE GOMES BALTAZAR

RESUMO

A criança já foi vista como um adulto o em miniatura que não tinha capacidade de se desenvolver ou aprender, sendo que todo aprendizado era voltado para treinos de uma vida adulta. A criança era apenas reprodutora do conhecimento repassado por adultos, após esse processo, foi reconhecida dentro da educação, nos quais foram criados as concepções de infância e o conhecimento envolvidos nas didáticas para os processos de ensino e aprendizagem. Na atualidade surgiram muitos conceitos voltados para aprendizagem da criança, da forma como ela interage na escola e na sociedade. Foram descobertas novas formas de conciliar a educação da criança com seu uso nas práticas sociais.

Palavras-Chave: Aprendizagem. Infância. Sociedade.

INTRODUÇÃO

A infância já foi considerada como um processo que a criança passava para chegar na vida adulta. As aprendizagens eram apenas consideradas o que era repassada às crianças, ficando para trás pensamentos, valores pessoais, ações criativas, que não podiam ser consideradas nas crianças.

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a aprendizagem da educação infantil voltado para campos sociais e tem como objetivos específicos verificar opiniões de infância em tempos anteriores, verificar formas de a criança aprender na educação infantil e analisar as habilidades socioeducativas dentro da educação infantil.

Ainda na atualidade é possível verificar posturas pedagógicas que enxergam a criança como ato apenas de cuidados ou uma educação de repasse de conhecimentos, não levando em consideração as capacidades da criança e possibilidades de aprendizagem social.

DESENVOLVIMENTO

VISÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS ANTERIORES

Segundo Danti (2012) em épocas anteriores ao século XX, era considerado

Normal a mortalidade infantil, pois as crianças eram vistas como seres frágeis, eram consideradas adultos em miniatura, quando já podiam andar e deviam obediência sem direito a constatação aos pais e aos mais velhos., mas, na atualidade, pelo menos teoricamente, essa opinião sobre a concepção dominante de criança e infância mudou, a relação da criança com a sociedade adulta sofreu transformações, hoje, admite-se que a criança opine, planeje e participe das atividades igual aos adultos.

Vanti (2012) coloca que em épocas anteriores, a criança era reprodutora

do conhecimento, da identidade e da cultura para atingir os objetivos educacionais, precisando da escola para evidenciar em seu cotidiano características da vida adulta como um modelo de ensino e aprendizagem, sendo o método escolar um ensino mútuo para garantir a uniformidade e impedir desvios, através da transmissão de conhecimento e treinos de habilidades cognitivas e abstratas, como a leitura, a escrita e o cálculo, com a memorização de conceitos.

Acreditava-se, ainda, que a criança não teria qualquer interesse em ler e escrever até essa idade e que tentativas de alfabetizá-las antes disso eram vistas até mesmo como prejudiciais ao seu desenvolvimento, já que as crianças não estariam prontas para essa aprendizagem. (BRANDAO; ROSA, 2011, p. 14).

Faria (2007) relata que a criança foi reconhecida na legislação brasileira como sujeito de direitos, onde o direito à educação está constituído na primeira etapa de educação básica, as creches e pré-escolas, em instituições coletivas de educação, onde seguem orientações das diretrizes que exigem estágio e formação certificada para a docência nas instituições.

Logo, conforme Oliveira [et al] (2009) no âmbito do legislativo, o debate considerava que, se os jardins de infância tinham objetivos de caridade e destinavamse aos mais pobres, não deveriam ser mantidos pelo poder público, mas ficar sob a caridade das famílias que tinham dinheiro, mas, a crítica aos jardins de infância não alcançava as iniciativas de adotá-los como modelos para a educação de crianças mais ricas, nos quais, foram criados os primeiros jardins de infância sob os cuidados de entidades privadas.

Essa metodologia traz para o cotidiano escolar a imobilidade, o silêncio, a obediência, a cópia e a reprodução... São os primórdios da instrução sistemática e programada mais tradicional, ou seja, da prática especializada do professor para organizar o ensino contínuo de conteúdos escolares, já previstos para a série em que ele se encontra. É nesse sentido que a cultura escolar se sobrepõe a uma cultura de infância e fica assim caracterizada. O sujeito dessa concepção é o aluno, o aprendiz. Seus objetivos de conhecimento são a didática e os processos de ensino e aprendizagem. A instituição é sempre a escola: seus espaços, ambientes e materiais. Seu profissional por excelência é o professor. (VANTI, 2012, p. 9).

Desta forma, a autora coloca uma submissão de aprendizado por parte da criança que fica dependente apenas da escola e dos professores, como se todo conhecimento pertencesse a eles.

As escolas de educação infantil, surgiram, segundo Kramer (2008) as escolas e creches comunitárias foram organizadas pelas populações de baixa renda como consequência de uma ausência de uma política global e integrada por parte dos órgãos públicos, de instituições não governamentais e privadas, nas quais as comunidades reivindicavam serviços de creche e pré-escola para tender a demanda mais imediata de pais e mães trabalhadoras.

A educação infantil dentro do conceito de desenvolvimento, para chegar até a atualidade, passou por muitos processos em diversos momentos históricos, no qual não eram valorizados os movimentos feitos pela criança, no universo escolar, a criança era um ser que necessitava de cuidados na ausência da mãe enquanto trabalhava, surgindo as primeiras creches.

De acordo com Pompermaier (2018) o atendimento de crianças pequenas sofreu mudanças no decorrer dos anos em suas funções, passando do caráter assistencialista para uma função educativa, valorizando a infância. Deste modo, a medida que a educação avançou, avançou a preocupação com a educação da criança, dentro da educação infantil, corresponde ao desenvolvimento.

O Referencial o Curricular Nacional para a Educação Infantil está organizado, conforme Brasil (1998) com orientações para experiências de formação pessoal e social da criança em contato com o mundo, priorizando o processo de construção da

Identidade e Autonomia, estabelecendo relações de habilidades na construção de diferentes linguagens, com o movimento, a Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Quanto ao movimento, Brasil (1998) relata que é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana, assim, as crianças desde o nascimento se movimentam para interagir com o mundo, expressam-se pelos movimentos, ampliando as possibilidades do uso significativo de gestos e posturas corporais, construindo uma cultura corporal.

Na infância é construindo uma base, desde os cuidados, alimentação, saúde e aprendizagem para a vida toda, iniciado quando criança e permanecendo o processo no decorrer da vida.

Deste modo, o papel do educador infantil no processo de aprendizagem, conforme Silva e Souza (2018) as atitudes, concepções e intervenções, serão fatores determinantes no sucesso ou fracasso escolar dos alunos, cabendo ao professor fazer as intervenções necessárias, agindo com respeito, gerando estímulo e trabalhando a autoestima.

A autoestima é importante, pois a criança aprende a cuidar de si, a se amar e ter vontade de aprender as coisas. “A autoestima começa a se formar na infância, a partir de como as outras pessoas nos tratam, ou seja, as experiências do passado exercem influência significativa na autoestima quando adultos.” (ANDRADE, 2017, p. 5514).

A externalização de sentimentos, emoções e estados íntimos poderão encontrar na expressividade do corpo um recurso privilegiado. Mesmo entre adultos isso aparece frequentemente em conversas, em que a expressão facial pode deixar transparecer sentimentos como desconfiança, medo ou ansiedade, indicando muitas vezes algo oposto ao que se está falando. Outro exemplo é como os gestos podem ser utilizados intensamente para pontuar a fala, por meio de movimentos das mãos e do corpo. (BRASIL, 1998, p. 19).

Com autoestima, a criança produz aprendizado, conforme Santana (2016) cada criança demonstra maneiras diferentes de aprender e de assimilar as informações, de formas variadas, cada um ao seu ritmo, sendo necessário que seja levado em consideração que a sala de aula é composta por um conjunto de crianças diferentes, uma das outras, dotadas de habilidades e conhecimentos distintos, logo:

Creches e pré-escolas precisam compreender o seu trabalho como uma função educativa de construção da identidade da criança e o exercício de sua cidadania, como também vivenciar a socialização entre elas,

desenvolver os aspectos afetivos, cognitivos e emocionais, de modo que tenham acesso e ampliem seus conhecimentos sobre a realidade social e cultural do contexto no qual estão inseridas. (SANTANA, 2016, p. 2).

A educação contemplando todo desenvolvimento, é considerado como integral. Atividades como jogos e brincadeiras, além de fazer parte do universo da criança, contribui para o desenvolvimento integral pois trabalha o desenvolvimento motor, a cognição pelo estímulo do raciocínio, o afeto pela relação com os pares e o desenvolvimento social, facilitando a linguagem.

A criança pode criar uma consciência corporal, por meio das interações sociais que estabelece e das brincadeiras que faz diante do espelho, de acordo com Brasil (1998), ela aprende a reconhecer as características físicas que integram a sua pessoa, o que é fundamental para a construção de sua identidade.

É grande o volume de jogos e brincadeiras encontradas nas diversas culturas que envolvem complexas sequências motoras para serem reproduzidas, propiciando conquistas no plano da coordenação e precisão do movimento. (BRASIL, 1998, p. 24).

Fontana (2012) relata que a Educação Infantil traz um novo caminho e uma nova perspectiva quando se trata do desenvolvimento global da criança, onde se observa a necessidade nas escolas de modo geral e principalmente as de Educação Infantil de um trabalho com qualidade na área motora, para que desse modo a criança vivencie todas as etapas de seu desenvolvimento, sendo atendidas por profissionais receptivos ao processo maturativo e psicoafetivo.

A Educação Psicomotora é uma educação global que, além de permitir o desenvolvimento no campo intelectual, afetivo, social e motor da criança dálhe segurança organizando suas relações com os diferentes meios em que deve evoluir. Associa-se a estimulação do desenvolvimento psicomotor o despertar da criatividade contribuindo para a formação integral ocasionando o desenvolvimento de suas possibilidades levando o indivíduo à tomada de consciência de seu corpo por meio do movimento. (TASSI, 2014, p. 3).

Deste modo, a educação psicomotora na Educação Infantil, por meio dos movimentos, a criança pelas atividades consegue melhorar o desenvolvimento de modo integral. Tassi (2014) coloca que a psicomotricidade, é considerada como uma ciência que toma como objeto de estudo o corpo e suas manifestações nas dimensões motora, emocional e cognitiva, demonstrando assim, uma profunda relação entre a atividade psíquica e atividade motora, bem como suas possibilidades de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo.

É na Educação Infantil que se deve propiciar atividades adequadas ao bom desenvolvimento psicomotor da criança e muitas vezes a formação inicial do professor não o qualifica suficientemente para a fundamentação psicomotora que são fundamentais para o processo de aprendizagem. (TASSI, 2014, pp. 6-7).

O desenvolvimento infantil está dividido entre a linguagem, envolvendo a comunicação e expressão, o desenvolvimento motor, o desenvolvimento afetivo e cognitivo. O movimento, foi mencionado por Brasil (1998) no RCNEI, como importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana, manifestando-se como uma cultura.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DE APRENDIZAGEM

Segundo Queiroz, Vilhena e Pineda (2016), historicamente, a psicologia vem delineando diferentes concepções do desenvolvimento humano, tentando compreender como cada um chegou a ser o que é, e quais os caminhos e possibilidades tem para aprender, refletir, então, sobre a criança, implica levá-la em consideração como sujeito desejante, ativo, que aprende e apreende, que faz parte de uma cultura, um determinado grupo social e familiar, e, portanto, um sujeito histórico, condicionado a determinantes socioculturais.

Segundo Kramer, Nunes e Carvalho (2016) no Brasil, a educação infantil é

um direito de todos, sendo oferecida em creches (de zero a três anos) e pré-escolas (de quatro a seis anos), tendo diferença nas condições de acesso e frequência, nos equipamentos existentes e na formação docente.

Para Vanti (2012) as teorias da psicologia do desenvolvimento da criança

na infância foi demarcado pela natureza e etapas e estágios evolutivas, conforme a idade cronológica, nos quais o desenvolvimento infantil era entendido como um tempo linear, com aquisições cumulativas adquiridas de uma forma homogênea e universal, a infância pressupunha mudanças e instabilidade que visavam atingir a vida adulta. Agora há novos conceitos que envolvem a aprendizagem da criança com as práticas sociais.

Para trabalhar com crianças, é importante considerarmos alguns princípios elementares, como os processos de desenvolvimento da aprendizagem infantil. É também fundamental entender que cada criança tem um caminho próprio de desenvolvimento e que o conhecimento resulta da prática social. (QUEIROZ; VILHENA; PINEDA, 2016, p. 47).

Queiroz e Varcelli (2016) coloca que cada concepção (inatista,

Ambientalista e interacionista) entende o homem de uma forma diferente, ou seja, o concebe de acordo com a visão de mundo existente em um dado período histórico e todas oferecem dados de como a escola concebe o aluno e como determina a maneira que a aprendizagem ocorre.

Diante disto, segundo as autoras, a concepção inatista enfatiza os fatores maturacionais e hereditários ficando entendido que o ser humano nasce com potencialidades, dons e aptidões que serão desenvolvidos de acordo com o amadurecimento biológico e ao contrário dessa concepção, tem a concepção ambientalista, que atribui grande valor ao ambiente no desenvolvimento humano, ou seja, parte do pressuposto de que o homem desenvolve suas características em função das condições que o meio apresenta.

Já na concepção interacionista, conforme Queiroz e Varcelli (2016), fica

entendido que o ser humano constrói seus conhecimentos na interação com o meio, isto é, fatores internos e externos se inter-relacionam continuamente.

Dessa forma, "um sujeito único, singular, em seu modo de ser, estar e adaptar--se ao mundo, ao mesmo tempo que precisa instrumentalizar-se para modificar, construir e reconstruir sua própria realidade, buscando identidade e autonomia." (QUEIROZ; VILHENA; PINEDA, 2016, p. 47).

Nos processos de construção de conhecimento, todas as crianças utilizam as mais diferentes linguagens e exercem capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva, constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com outras pessoas e com o meio em que vivem. (VANTI, 2012, p. 18).

De acordo com Kramer, Nunes e Carvalho (2016) o ser humano se constitui

na relação e na interação social, com as dimensões cognitiva e afetiva, não podendo ser dissociadas e quando são interagidas, as crianças aprendem se formam e se transformam, como sujeitos ativos, participam e intervêm na realidade, nos quais, suas ações são maneiras de criar e recriar o mundo, cabendo aos adultos a mediação.

Desta forma, segundo Kramer, Nunes e Carvalho (2016), as instituições de Educação Infantil devem organizar suas propostas pedagógicas considerando o currículo como um conjunto de experiências culturais, que são articulados os saberes da prática e o conhecimento que faz parte do patrimônio cultural, na perspectiva da formação humana, favorecendo o acesso aos bens e práticas culturais, o convívio com a natureza e experiências de aprendizagem, valorizando autonomia e a colaboração e produção infantil.

HABILIDADES SOCIOEDUCATIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Kramer, Nunes e Carvalho (2016) é importante considerar a dimensão coletiva de formação para pensar e discutir novos rumos do trabalho com as crianças pequenas, com a coletividade do grupo, buscando novas formas de organização, condições de trabalho, reformulando a teoria com a prática social. Conforme os autores, a linguagem é um referencial teórico como central das interações sociais, no desenvolvimento, na aprendizagem e na construção do conhecimento.

A linguagem se vincula à imaginação, à criação, ao diálogo, à expressão de saberes, afetos, valores; constitui a consciência e organiza a conduta: nela e por meio dela são assimilados conceitos e preconceitos. (KRAMER; NUNES; CARVALHO, 2016, p. 41).

De acordo com Kramer (2008) durante o desenvolvimento da criança, as funções aparecem no âmbito social (linguagem intersubjetiva) e, com a criança interagindo, se apropria da linguagem, surgindo as funções no âmbito individual, interiorizada (linguagem intrassubjetiva), nos quais a essência da escrita como linguagem tem sido subjugada, pois a mecânica da escrita se sobrepõe no ensino, constitui um pilar da cultura escolar.

Conforme Kramer (2008) a qualidade da Educação Infantil requer uma implementação com ações sistemáticas, garantindo que todas as relações construídas no interior da creche e da pré-escola sejam educativas, decorrendo da necessidade de que as instituições norteiem seu trabalho por uma proposta pedagógica fundamentada na concepção da criança como sujeito social e cidadã de direitos e para educação infantil como equipamento social de educação e de cuidados, no processo de desenvolvimento e aprendizagem da primeira etapa da vida humana.

Logo, Kramer (2008) coloca que a educação é voltada para aprendizagem plano social, o referencial sócio histórico, segundo

o qual a aprendizagem de um instrumento cultural inicia-se no plano social. Nas quais, a relação de ensinar e o controle por parte do professor se dilui, o educador sai do lugar que deve dar o conhecimento para alguém que nada sabe, nos quais não é o seu discurso que domina a sala de aula, uma vez que ela é um espaço de interações sociais, de trocas entre os saberes de sujeitos que possuem diversas experiências e conhecimentos.

A ação social é ineficaz sem uma assimilação ativa da criança, o que supõe instrumentos cognitivos adequados para absorção da influência social. Assim o desenvolvimento da criança não é resultante de um plano preestabelecido: pelo contrário, é uma construção progressiva em que cada inovação só se torna possível em razão de conhecimentos precedentes, ao mesmo tempo em que abre possibilidades para novas construções e reformulações. (CORIA-SABINE; LUCENA, 2009, pp. 16 -17).

Desta forma, Kramer (2008) questiona que a criança precisa estar interagida com o meio, que são consideradas base com o meio sociocultural específico, constituindo um contexto de significados próprios, característicos de cada grupo cultural, pois o ser humano se constitui da relação com o outro, sempre um outro social. Nessa abordagem, a linguagem representa um aspecto crucial no desenvolvimento humano, por ser transmissora dos elementos culturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil no processo histórico ficou demarcada pelo seu desenvolvimento, que foi considerado linear, com aquisições de conhecimentos de forma homogênea que só teriam mudança na vida audita. A criança foi considerada como reprodutora da identidade, cultura e conhecimento, pela memorização da aprendizagem, que não era depois utilizada no âmbito social.

Mas ao ser reconhecida pela legislação brasileira, a criança foi considerada sujeitos socioculturais que podiam se desenvolver e aprender nas práticas sociais, buscando sua identidade e autonomia, na construção dos conhecimentos, abrindo novos caminhos para novos conhecimentos.

A criança na educação infantil tem como base de aprendizagem seu desenvolvimento para sua postura social, trabalhando em todos aspectos educativos da sua formação, para o desenvolvimento integral nas formas do desenvolvimento afetivo, social, cognitivo, motor, oralidade, ao permitir a ação intencional (afetividade), a construção de representações mentais (cognição), a manipulação de objetos e desempenho de ações sensório-motoras (físico) e as trocas de interações (social), o jogo contempla várias formas de representação da criança ou suas múltiplas inteligências, contribuindo para a aprendizagem e o desenvolvimento infantil para sua atuação na sociedade.

A ludicidade tem grandes ferramentas, devendo o professor saber usar todas que possibilitem aprendizagem, como jogos e brincadeiras, livros, música, arte, sempre fundamentada ao desenvolvimento infantil.

Desta forma, os professores devem combater posturas que fogem desse contexto, como usar o lúdico de forma trabalhosa para a criança ou sem incentivo de aprendizagem, mas usar de forma sempre prazerosa, com planejamento fundamentado nas dificuldades e evoluções das crianças na educação infantil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Juliana Alves. Autoestima e aprendizagem escolar: uma visão psicopedagógica. Educere, 2017.

BRANDÃO. Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de. LER E ESCREVER NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Discutindo práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2011.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil /Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. — Brasília: MEC/SEF, 1998.3v.: il.

CORIA-SABINE, Maria Ap.; LUCENA, Regina F. de. Jogos e brincadeiras na Educação Infantil. Campinas: Papirus, 2009.

KRAMER, Sonia. Professores de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2008.

KREMER, Sonia; NUNES, Maria Fernanda; CARVALHO, Maria Cristina. Educação Infantil: Formação e Responsabilidade. Campinas, SP: Papirus, 2016.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de, [et al]. O trabalho do Professor na Educação Infantil.

São Paulo: Biruta, 2012.

QUEIROZ, Elaine Moral; VERCELLI, Ligia A. Psicologia da educação: múltiplas abordagens organizadoras. São Paulo: Universidade Nove de Julho – UNINOVE, 2016.

QUEIROZ, Elaine Moral; VILHENA, Sylvia Paula; PINEDA, Tathiana. Educação Infantil na Formação do Pedagogo. São Paulo: Universidade Nove de Julho/ UNINOVE, 2016.

SANTANA, Katiane Cardoso. A importância da educação infantil para o desenvolvimento do indivíduo. Editora Realize III Conedu, 2016.

TASSI, Silvia Regina Candêo Fontanini. Psicomotricidade: Por uma intervenção com crianças em idade pré-escolar com necessidades educacionais especiais. Paraná: Cadernos PDE, 2014.

VANTI, Elisa dos Santos. Projetos Interdisciplinares. 1. ed. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.